



**PARECER PRÉVIO Nº 16/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11528/2016**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Tapauá.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque, Prefeito à época.
- 6- **Advogado:** Não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP/DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3989/2017-DMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls.507/524).
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tapauá. Exercício 2015.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.*

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1- Emite Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal a **desaprovação das contas anuais** do **Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque**, Prefeito Municipal de Tapauá, no exercício de 2015, nos termos do art. 22, inciso III, "b" e "c" c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96.

- 11- **Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 11 de Abril de 2018.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello.



**PARECER PRÉVIO Nº 16/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 16/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 16/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11528/2016**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Tapauá.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque, Ordenador de Despesas à época.
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI/DICOP/DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3989/2017-DMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls.507/524).
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tapauá. Exercício 2015.

*Irregularidade. Determinação. Prazo. Multas. Alcance. Comunicado. Recomendações.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1 – Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque**, Prefeito Municipal de Tapauá, no exercício de 2015, nos termos do art. 22, inciso III, "b" e "c" c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96;
- 10.2 – Determinar** à Câmara Municipal de Tapauá, o cumprimento do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o **prazo de 60 (sessenta) dias** para o julgamento das contas do **Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque**, Prefeito Municipal de Tapauá, no exercício de 2015;
- 10.3 – Aplicar Multa** ao **Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque** no valor de **R\$ 1.096,03** (Hum mil e noventa e seis reais e três centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pela não alimentação no sistema E-Contas dos atos jurídicos (Termos de Contratos, Convênios e Licitações), conforme restrição 2 do Relatório Conclusivo nº 72/2017- DICAMI (fls. 471/506), com base no art. 308, II da Resolução 04/2002 – TCE/AM.
  - a) O recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias** nos termos do art. 72, inciso III, "a" da Lei 2423/96 c/c o art. 174 da Resolução



**ACÓRDÃO Nº 16/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 16/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

04/2002 – TCE/AM. Caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, autorize a inscrição do débito da Dívida Ativa pela Fazenda Estadual, bem como a instauração de cobrança executiva, em consonância com o art. 73 da Lei 2423/96 c/c os arts. 169, II, art. 173 e art. 308, §6º todos da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

**10.4 – Aplicar Multa ao Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque** no valor de **R\$ 1.096,03** por mês ou bimestre de competência em inobservância de prazos legais, totalizando **R\$ 2.192,06** (Dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pelo atraso no envio do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º semestre, conforme item 3 da sugestão de multa do Relatório nº 91/2016 - DICREA (fls.157/174), e ao 2º semestre, conforme restrição 23.3 do Relatório Conclusivo nº 72/2017 - DICAMI (fls. 471/506), com base no art. 308, II da Resolução 04/2002 – TCE/AM:

a) O recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias** nos termos do art. 72, inciso III, “a” da Lei 2423/96 c/c o art. 174 da Resolução 04/2002 – TCE/AM. Caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, autorize a inscrição do débito da Dívida Ativa pela Fazenda Estadual, bem como a instauração de cobrança executiva, em consonância com o art. 73 da Lei 2423/96 c/c os arts. 169, II, art. 173 e art. 308, §6º todos da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

**10.5 – Aplicar Multa ao Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque** no valor de **R\$ 1.096,03** por mês ou bimestre de competência em inobservância de prazos legais, totalizando **R\$ 6.576,18** (Seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pelo atraso no envio dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária relativos ao 1º, 2º, 3º, 4º e 5º bimestres, conforme item 1 da sugestão de multa do Relatório nº 91/2016–DICREA (fls.157/174) e ao 6º bimestre conforme restrição 23.1 do Relatório Conclusivo nº 72/2017 - DICAMI (fls. 471/506), com base no art. 308, II da Resolução 04/2002–TCE/AM:

a) O recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias** nos termos do art. 72, inciso III, “a” da Lei 2423/96 c/c o art. 174 da Resolução 04/2002 – TCE/AM. Caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, autorize a inscrição do débito da Dívida Ativa pela Fazenda Estadual, bem como a instauração de cobrança executiva, em consonância com o art. 73 da Lei 2423/96 c/c os arts. 169, II, art. 173 e art. 308, §6º todos da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

**10.6 – Aplicar Multa ao Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque** no valor de **R\$ 43.841,28** (Quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e



**ACÓRDÃO Nº 16/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 16/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

vinde e oito centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pelas impropriedades: 1, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 21, 23.2, 23.4 e 24 apontadas no Relatório Conclusivo nº 72/2017-DICAMI (fls. 471/506), por grave infração à norma legal, conforme disposto no art. 308, VI da Resolução 04/2002 – TCE/AM:

a) O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias** nos termos do art. 72, inciso III, “a” da Lei 2423/96 c/c o art. 174 da Resolução 04/2002 – TCE/AM. Caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, autorize a inscrição do débito da Dívida Ativa pela Fazenda Estadual, bem como a instauração de cobrança executiva, em consonância com o art. 73 da Lei 2423/96 c/c os arts. 169, II, art. 173 e art. 308, §6º todos da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

**10.7 - Considerar em Alcance o Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque** no valor de **R\$ 482.164,95** (Quatrocentos e oitenta e dois mil, cento e sessenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tapauá, pelos subitens 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, 7.6, 7.7, 7.8, 7.9, 7.10, 7.11, 7.12, 7.13, 7.14, 7.15 e 7.16 do Relatório Conclusivo nº 330/2016 - DICOP (fls.356/470) pela não comprovação da execução dos subitens apontados:

a) O recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias** nos termos do art. 72, inciso III, “a” da Lei 2423/96 c/c o art. 174 da Resolução 04/2002 – TCE/AM. Caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, autorize a inscrição do débito na Dívida Ativa pela Fazenda Municipal, bem como a instauração de cobrança executiva, em consonância com o art. 73 da Lei 2423/96 c/c os arts. 169, II, art. 173 e art. 308, §6º todos da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

**10.8 - Considerar em Alcance o Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque** no valor de **R\$ 3.246.182,11** (Três milhões, duzentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais e onze centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tapauá, pelas restrições 16 - 17.1 a 17.6, 18 e 19 do Relatório Conclusivo nº 72/2017- DICAMI (fls.471/506) pelos vícios contidos nos processos licitatórios dos itens apontados:

a) O recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias** nos termos do art. 72, inciso III, “a” da Lei 2423/96 c/c o art. 174 da Resolução 04/2002 – TCE/AM. Caso o valor da referida condenação não venha a ser



**ACÓRDÃO Nº 16/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 16/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

recolhido dentro do prazo estabelecido, autorize a inscrição do débito na Dívida Ativa pela Fazenda Municipal, bem como a instauração de cobrança executiva, em consonância com o art. 73 da Lei 2423/96 c/c os arts. 169, II, art. 173 e art. 308, §6º todos da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

**10.9 – Comunicar** à Prefeitura Municipal de Tapauá para que inicie os devidos procedimentos para a devolução imediata aos cofres municipais, tendo em vista que, no julgamento das contas do gestor, o **Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque**, Prefeito Municipal de Tapauá, foi julgado em alcance conforme o item 8 e 9 do Voto;

**10.10 - Recomendar** à próxima Comissão de Inspeção, que fiscalizará o exercício de 2016, que observe o que determina o art. 42 da LRF no que tange à contração de despesas pelo gestor em seu último ano de mandato e também verifique nas peças contábeis se houve a inscrição dos devedores na dívida ativa do Município, conforme a Restrição 7 e 8 do Relatório Conclusivo nº 72/2017- DICAMI (fls.471/506). Ainda em relação à Restrição 8 do Relatório Conclusivo nº 72/2017- DICAMI (fls.471/506), que a Comissão de Inspeção informe aos relatores do Processo nº 4328/2012 e do Processo nº 10143/2013 a respeito da inconsistência encontrada.

**10.11 - Recomendar** ao **Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque**, Prefeito Municipal de Tapauá, que adote as medidas estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, conforme a Restrição 20 do Relatório Conclusivo nº 72/2017- DICAMI (fls.471/506).

**11- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Abril de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral